

UMA HIGIENE MORAL E DO CORPO: educação moral e cívica, as atividades físicas, esportivas e de lazer durante a ditadura militar¹

A MORAL AND BODY HYGIENE: moral and civic education, physical activities, sports and leisure during military dictatorship

UNA HIGIENE MORAL Y DEL CUERPO: educación moral y cívica, las actividades físicas, deportivas y de ocio durante la dictadura militar

REGINALDO CERQUEIRA SOUSA

Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Professor da rede estadual de ensino do Paraná e da Universidade Tuiuti do Paraná

Curitiba, Paraná, Brasil.

ihuararuna@yahoo.com.br

Resumo: Formas de governo, baseados no autoritarismo, encontraram mecanismos, entre eles, o da propaganda ideológica, para adquirir adesão e consenso da população. Este artigo procura compreender como se deu esse processo, na Ditadura Militar Brasileira, por meio da análise dos manuais de Educação Moral e Cívica e das práticas esportivas, nos espaços de educação de jovens. A higiene moral e do corpo, como meios de se obter obediência, valorizar o trabalho e evitar os conflitos sociais.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Anticomunismo. Moral e Civismo.

Abstract: Governments based on authoritarianism always use mechanisms in order to get membership and consensus from the population, such as the ideological advertisement. This paper approaches this process in the Brazilian Military Dictatorship by analyzing textbooks of the Moral and Civic Education, besides the practice of sports in youth education spaces. In addition, it also focuses on body and mental hygiene as means of getting obedience, increasing the value of work and avoiding social conflicts.

Keywords: Military Dictatorship. Anti-communism. Moral and Civility.

Resumen: Formas de gobierno basadas en el autoritarismo encontraron mecanismos, entre ellos el de la propaganda ideológica, para adquirir adhesión y consenso de la población. Este artículo busca comprender este proceso durante la Dictadura Militar Brasileña por medio del análisis de los manuales de Educación Moral y Cívica y de las prácticas deportivas en los espacios de educación de jóvenes. La higiene moral y del cuerpo como medios de obtener obediencia, valorar el trabajo y evitar los conflictos sociales.

Palabras clave: Dictadura Militar. Anticomunismo. Moral e Cívica.

Introdução

A lembrança dos 50, anos do Golpe Militar, colocou na ordem do dia os debates sobre a Ditadura Militar brasileira. Aspectos de seu funcionamento, as interpretações referentes às suas definições e orientações ideológicas e as atrocidades praticadas na época deram o tom das reflexões e das discussões levantadas. Considerado um dos períodos mais

¹ Artigo submetido à avaliação em fevereiro de 2015 e aprovado para publicação em junho de 2015.

sombrios de nossa história recente, a Ditadura promoveu o cerceamento das liberdades políticas, a militarização dos aparelhos do Estado, a violência deste contra a sociedade, a censura política e moral e a continuidade do processo de modernização, ampliando o fosso da desigualdade social no país.²

Os momentos de rememoração põem em relevo o tema da memória. As disputas em torno dela configuram-se em espaços de lutas e embates políticos inscrevendo, no bojo de suas tensões, um modo de ler e de se relacionar com o passado.³ Eles instigam, no que se refere à Ditadura, a retomar marcos para se pensar os interesses e os motivos pelos quais se definiram os temas que orientaram pesquisas acadêmicas e mesmo concepções sobre o período. São ocasiões para se empreender balanços do que se produziu, ou deixou-se de produzir, a respeito daquela época, dos seus personagens e dos seus acontecimentos.⁴

A inserção no debate nos conduz a outra reflexão: a dos acontecimentos no Brasil Pós-Ditadura. O processo de redemocratização e a Política de Anistia projetaram, no horizonte do país, um modelo de sociedade democrática, baseado na hegemonia do discurso coletivo e do consenso social.⁵ A transição consensual desviou-se da atenção das vítimas da violência política, sobretudo da tortura, e das formas de consenso e consentimento de segmentos da sociedade, durante o governo militar.⁶

Sabemos que nos regimes políticos autoritários, o uso da propaganda ideológica foi recorrente, para adquirir legitimidade e apoio da população. O controle da educação e da informação serviu para inculcar valores e assegurar a obediência dos indivíduos. Os manuais de educação são um exemplo. Trata-se de um material rico, no que se refere à expressão de conhecimento e de valores de uma época⁷ Eles manifestam práticas culturais e políticas,

² SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 273-303.

³ SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, 2004. p. 37-58.

⁴ GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010. p. 37-70.

⁵ KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.) *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-132.

⁶ Cf. ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. *História: questões e debates*, Curitiba, n. 40, p. 11-36, jan./jun., 2004; RESENDE, Maria José de. *A ditadura militar: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1985*. Londrina: Ed. UEL, 2001.

⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Ensino primário franquista: os livros escolares como instrumento de dominação infantil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n. 57, p. 117-143, 2009.

muitas vezes calcadas no discurso fundador da nacionalidade, no intuito de formar modelos desejados de identidade. Reforçaram, no caso da Ditadura brasileira, princípios relacionados à hierarquia, à autoridade, à ordem e à tradição. O apelo emocional, expresso nos textos e nas imagens, serviu para reforçar valores atrelados ao patriotismo, ao trabalho e à família.

Nosso trabalho delineia os mecanismos utilizados na Ditadura, para adquirir legitimidade e apoio político da população. A opção feita aqui foi a da análise dos manuais de educação moral e cívica e das práticas esportivas, das atividades físicas e de lazer, instituídos nas escolas públicas – o que se deu através da reestruturação do ensino, com as reformas na educação, em fins da década de 1960. Inseridos, nesse contexto, temos a Educação Moral e Cívica (EMC) e a Organização Social e Política do Brasil (OSPB), como disciplinas obrigatórias e como prática educativa, em todos os graus de ensino. Inclui-se, nesse contexto, a obrigatoriedade da Educação Física.⁸ A premissa básica era a disciplinarização, a normatização, o alto rendimento e a eficácia pedagógica.⁹

Eram instrumentos convenientes para disseminar o discurso dos militares e para assegurar uma pretensa harmonia social. A educação e as atividades físicas ou os cuidados com a mente e com o corpo, buscaram consolidar comportamentos sociais, sintonizados com o regime político, atrelando a higiene moral e do corpo com a saúde social e da nação.

Formas de consentimento e as variantes interpretativas da Ditadura Militar

Parece-nos, cada vez mais essencial, entendermos o tema do consenso e do consentimento, durante a Ditadura no Brasil. No entanto, a tarefa exige cuidados, já que nos faz pisar em um terreno arenoso, porque toca o tema da responsabilidade, em relação a governos baseados na violência política e aos benefícios, simbólicos ou materiais, adquiridos por aqueles dispostos a apoiar os poderes oficiais.¹⁰ Tais indivíduos eximiram-se da crítica ao autoritarismo do governo, permitindo a presença e a ramificação do sistema de vigilância e de controle social. Não é o lugar, aqui, de efetuarmos comentários detalhados sobre o tema, mas o de apontar a pertinência de seu debate na sociedade.

⁸ As disciplinas de EMC e OSPB foram instituídas como obrigatórias através do decreto-lei n° 869, de 12 de setembro de 1969, regulamentada pelo decreto 68.065, de 14 de janeiro de 1971. A educação física escolar foi conformada de forma autoritária pelo Estado no Brasil, a partir das reformas educacionais de 1968 (Lei 5.540) e 1971 (Lei 5.692 e decreto 69.450).

⁹ Cf. ALMEIDA, Djair Lázaro de. *Educação moral e cívica na ditadura militar: um estudo dos manuais didáticos*. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Tabora de. *Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia*. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n.1, p. 51-75, jan./jun. 2002.

¹⁰ ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 70-111.

No que diz respeito ao consentimento, em regimes políticos, recorremos aos estudos de Pierre Ansart.¹¹ Ao analisar as modalidades de consentimento, presentes no trabalho ideológico, o autor classificou três tipos, a saber: a ortodoxia apoiada, a ortodoxia consentida e a ortodoxia terrorista. A primeira é caracterizada pelo apoio manifestado por sinais espontâneos e pela interiorização das mensagens, vistas como não repressivas, e de sua reprodução não obrigatória. Para difundi-las, não há necessidade de poderosos instrumentos de propaganda.

A ortodoxia consentida utiliza-se de um sistema amplamente institucionalizado, rotinizado, onde as mensagens são aceitas e consideradas evidentes, por uma grande maioria da população interessada; sem despertar o desencadeamento do entusiasmo, nem contestação. O poder político apodera-se dos meios institucionais de influência, dentre eles, a escola e os meios de propaganda, para disseminar sua ideologia. Na ortodoxia terrorista, por sua vez, a linguagem ideológica é vivida como a linguagem da verdade. O discurso racional é preenchido pelo mito, com o objetivo de garantir a obediência total aos poderes oficiais. Os receptores das mensagens as têm como verdade absoluta e passam a defendê-las com aguerrido entusiasmo. O terror ideológico designa o inimigo e passa a combatê-lo e eliminá-lo para que a sociedade legítima possa realizar-se.

Manifestam-se, no campo simbólico, em linguagens e práticas sociais. Sua finalidade consiste na criação de novos códigos e na sua aplicação na sociedade. Por essa razão, não se pode deixar de identificar o poder produtivo, os aparelhos de produção, a situação dos receptores e o conteúdo das mensagens. Tais procedimentos revelam os agentes manipuladores dos discursos, o funcionamento dos mecanismos de difusão dos conteúdos ideológicos e a situação dos receptores, levados à glorificação das normas, na sociedade. São aspectos do consentimento que nos permitem lançar um olhar ao momento da aplicação do Golpe e ajudam a compreender o processo de constituição do regime de exceção no Brasil.

O ano de 1964, certamente, inaugurou outro momento na política brasileira, com a derrubada do presidente constitucionalmente eleito, João Goulart, e com a tomada do poder político pelas Forças Armadas. Arquitetado pelos militares, com o apoio de diferentes segmentos da sociedade, o Golpe, em 31 de março daquele ano, mergulhou o país numa Ditadura, que se estendeu por mais de duas décadas. O período tem sido investigado por pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento, resultando numa vasta e complexa literatura, com variantes interpretativas distintas e, por vezes, complexas. As formulações, por

¹¹ ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 129-155.

exemplo, umas, focaram seus estudos nos militares; outras, na movimentação da sociedade e algumas outras mais, nas correntes ideológicas da época. Em razão do objetivo proposto no artigo, faremos, a seguir, alguns apontamentos sobre as formas de compreensão da Ditadura.

Uma variante traz o tema dos militares.¹² Procura demonstrar que, na instituição militar, havia posições antagônicas, motivadas pelas disputas de poder, pelo receio do esfacelamento da hierarquia militar e pelas divergências na escolha do modelo político adequado para a condução do país. Não por acaso, o período de permanência dos militares no poder foi marcado por momentos de repressão e de liberalização e pela gradativa militarização do sistema estatal.

Outra variante interpretativa tem como foco a ideologia.¹³ Procura entender o combate ao comunismo e o medo de sua inserção no cenário nacional. É bom lembrarmos que esse era o contexto da Guerra Fria, onde os blocos, capitalista e comunista, disputavam zonas de influência econômica e política no mundo.¹⁴ A bandeira do anticomunismo foi erguida em nome da crença no crescimento econômico do país e da proteção dos valores morais e cristãos das famílias, sobretudo, católicas.

A última variante interpretativa prioriza o comportamento da própria sociedade.¹⁵ A dinâmica social e os comportamentos de adesão ou oposição à Ditadura, os conflitos e as tensões existentes, no tecido social, nos mostram que o período foi movido por forças políticas divergentes, entre si. A conservação, por exemplo, dos valores por parte das elites e das classes médias urbanas, estrategicamente articuladas num jogo político, fez emergir comportamentos e condutas de orientações autoritárias. Levaram às ruas das cidades brasileiras as “Marchas da Família com Deus Pela Liberdade”, manifestações anticomunistas, lideradas por senhoras católicas e apoiadas por políticos e empresários descontentes com as reformas de base propostas pelo presidente João Goulart.¹⁶

As observações até aqui apresentadas, nos chamam atenção para outra reflexão, que vem crescendo, nos últimos anos, importante, à medida que está associada a uma categoria que pensa a complexa relação entre Ditadura e sociedade. Autores, como René

¹² Cf. D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

¹³ CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. *História: questões e debates*, Curitiba, n. 40, p. 11-36, jan./jun. 2004.

¹⁴ MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *O século sombrio: uma história geral do século XX*, 2004, p. 261-281.

¹⁵ CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcos Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

¹⁶ CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p.41-76.

Dreyfuss,¹⁷ já haviam estudado a participação de civis, na preparação e, inclusive, na execução do Golpe. O seu trabalho, referência para a historiografia do período, priorizou as elites sociais e políticas. Entretanto, nos últimos anos, novos estudos têm abordado o tema, ampliando as discussões sobre os segmentos sociais que, em diferentes níveis, apoiaram os militares.¹⁸

Estudos dessa natureza são importantes porque suscitam mudanças na maneira pela qual a sociedade tem encarado o seu passado. Também indicam que, sobre o assunto, muito pouco foi dito pela literatura especializada sobre a Ditadura. Podemos perceber a questão ao visitar a literatura sobre o tema, especialmente aquela feita a partir da década de 1970. Boa parte dela centrou os estudos nos sistemas repressivos e nas resistências. O binômio dominação/resistência ofereceu uma chave de leitura sobre a Ditadura, que pouco se interessou em entender a colaboração dos indivíduos aos poderes oficiais.

Maria Helena Rolim Capelato, por exemplo, mostrou que a multiplicidade de movimentos sociais, de natureza política, surgidos a partir dos anos de 1970, pôs em xeque às noções comuns da ação política.¹⁹ Os referenciais de análise, até então utilizados, não davam conta da compreensão da visão polissêmica da sociedade civil que se apresentava naquele momento. Segundo a historiadora, essas questões inseriram-se no processo de democratização do país, o que levou à utilização de termos necessários para classificar essa novidade. Foi o solo em que o termo resistência adquiriu importância e passou a significar os que se impuseram contra grupos dominantes, ligados, agora, a um ponto comum: a construção da democracia.

Resultou numa análise que se baseou na dicotomia opressor e oprimido, explorador e explorados, reforçando o papel das forças coercitivas, por parte do Estado, na obtenção do controle social.²⁰ A recorrência à resistência, consolidou uma memória em torno da esquerda. Embora politicamente derrotada, a esquerda conseguiu afirmar-se nos produtos culturais, consagrando-se numa visão heroica, na memória social.²¹ Por isso, o entendimento da relação entre sociedade e Ditadura, bem como os modos de pensar a política e as práticas sociais que dela decorreram, depende da apropriação de categorias teóricas e de conceitos que deem conta de explicar as singularidades de cada momento histórico.

¹⁷ DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹⁸ Cf. KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012.

¹⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. História política. *Estudos Históricos*, São Paulo, n. 17, p. 161-165, 1996.

²⁰ ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.11.

²¹ NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 145-168.

Educação Moral e Cívica: a higiene da mente

“Brasileiro de verdade!” Título do livro didático de Educação Moral e Cívica, da rede de ensino de Curitiba, dirigido a estudantes entre 10 e 15 anos de idade, no início dos 1970.²² A capa, com a bandeira do Brasil ao fundo, completava-se com a representação de um jovem estudante, cuja expressão não deixava transparecer algum tipo de infelicidade.

Figura 1: Brasileiro de verdade. Baptista de Deus.²³



O livro divide-se em temas da família, da religião, dos valores morais e das obrigações, em relação à pátria – cada um destes, contendo atividades direcionadas aos alunos que, para resolvê-las, deveriam preencher os espaços vazios, repetindo palavras-chave como: amor, família, Deus, pátria, trabalho, estudo, honra, entre outras.²⁴ Numa atividade, a linha do tempo da história nacional, seguindo o modelo da história tradicional, dava destaque aos grandes homens, na maioria estadistas, e para os grandes fatos, exemplificados pela

²² O livro foi publicado e produzido pela prefeitura de Curitiba e utilizado na rede de ensino público da capital paranaense, no início dos anos de 1970. Inseriu-se dentro da reforma educacional oficializada pela Lei 5692/71. A lei estruturou o ensino de primeiro e segundo grau modificando a grade curricular, por exemplo, com a inserção da disciplina de educação moral e cívica.

²³ BAPTISTA DE DEUS, Marilza Martins. *Brasileiro de verdade!* educação moral e cívica para estudantes de 10 a 15 anos de idade. Curitiba: Imprimax, 1971.

²⁴ PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 71-96.

Inconfidência Mineira e pelo Grito do Ipiranga. As figuras ilustres, da história, eram usadas como modelos exemplares de vida, a serem seguidos e imitados pelas crianças.

No quadro da história nacional, o Golpe é visto segundo a perspectiva dos militares. A intervenção militar passava a ser aceita como algo necessário para salvaguardar a democracia, ameaçada pelo “perigo vermelho”, e garantir a harmonia e a ordem social. O aluno, com a repetição das atividades, em todo seu processo de formação escolar, deveria internalizar essa informação e acreditar na ação redentora das Forças Armadas.²⁵

Figura 2: Brasil república. Baptista de Deus²⁶

15 — MARECHAL DEODORO DA FONSECA (1827 - 1892)
 Nasceu em Alagoas e pertencia a ilustre família de militares. Tomou parte na Guerra do Paraguai, onde se distinguiu.
 Apoiando os republicanos e à frente das forças militares, proclamou a República do Brasil a 15 de novembro de 1889. Tornou-se chefe do governo provisório e a partir de 24 de fevereiro de 1891, 1.º Presidente da República do Brasil.

16 — BRASIL-REPÚBLICA: 1889-1971

24-2-1891	1.ª Constituição Republicana	
1930	Revolução - deposto o presidente Washington Luiz	Getúlio Vargas assume a Presidência
1937	Decretado o “Estado Novo”	Getúlio Vargas
1942	O Brasil luta com os aliados na 2.ª Guerra Mundial	
1945	Cai o governo de Vargas	
18-9-1946	Nova Constituição Eleito novo Presidente	Eurico Gaspar Dutra
21-4-1960	Inaugura-se Brasília, a nova capital do Brasil	Juscelino Kubitschek de Oliveira
31-3-1964	Governo da Revolução é instituído pelas Forças Armadas para preservar a Democracia.	
1964-1967	Eleito, nos termos do Ato Institucional n.º 5, o Presidente do Brasil	Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco
1967	Nova Constituição	
1967-1969	Governo Costa e Silva — 2.ª da Revolução Democrática — Alfabetização intensiva — reformas no ensino.	Marechal Artur da Costa e Silva
1969	Assume o Governo, novo Presidente da República.	General Emílio Garrastazu Médici

Mesclado ao discurso salvacionista, havia uma preocupação em relação ao que impedia os indivíduos de se ocuparem com o trabalho e os estudos. Com o ensino tecnicista, da década de 1970, contexto do projeto de integração nacional e desenvolvimentista, o ideal de trabalho atrelou-se ao ensino nas escolas. O propósito era o de responder à necessidade do mercado. Para isso, o governo militar resolveu incentivar a criação de mão de obra qualificada para atender a demanda da indústria e do comércio.

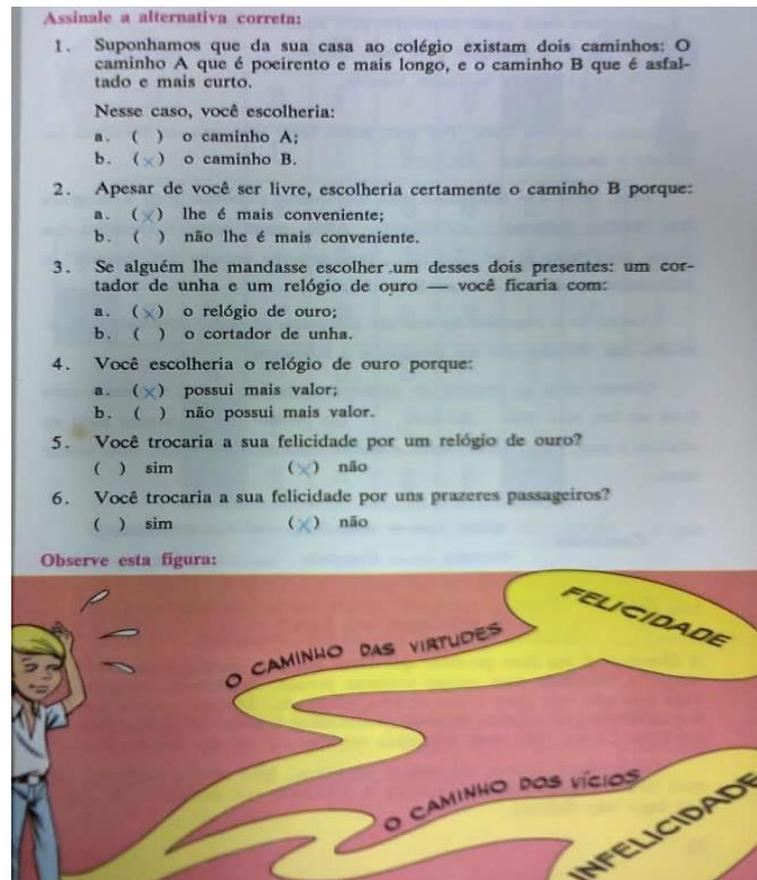
²⁵ Essa perspectiva ainda se presencia na educação de jovens dos colégios militares. Ver: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. A história ensinada às crianças e adolescentes dos colégios militares. Disponível em: <http://www.anpuh.org/informativo/view?ID_INFORMATIVO=1864>. Acesso em: 2 jul. 2011.

²⁶ Marilza Martins. *Brasileiro de verdade!* Educação Moral e Cívica para estudantes de 10 a 15 anos de idade. Curitiba: Imprimax LTDA, 1971, p. 54.

As imagens e as palavras evidenciam a relação que se estabelecia entre os projetos político-econômicos e a educação para o trabalho. Elas construíram uma trama narrativa que deixava inseparáveis, o sentimento de felicidade e as noções de trabalho e de progresso. Despertavam, no indivíduo, o sentimento de responsabilidade pelo crescimento econômico, embora este não usufrísse, totalmente, dos benefícios do o processo. Era estimulado a criar comportamentos capazes de eliminar os vícios degenerativos da boa convivência social.

Para combater os maus vícios, os manuais reforçavam as ações em que eram sobressalentes as virtudes morais. Constituíram uma espécie de higiene moral e uma pedagogia moral, onde valores referentes à família, à pátria e ao catolicismo eram formadores do caráter dos alunos. Almejava-se a criação de cidadãos obedientes e respeitadores da ordem.

Figura 5: Ser livre. ²⁹



Aqui, outro exemplo. Mostra, de uma maneira atrativa, como o jovem deveria comportar-se. Embora colocado diante de duas possibilidades, ficava claro por qual delas ele deveria optar. A partir daí, era orientado a classificar os valores que o conduziria ao caminho

²⁹ CORREA, Avelino Antônio. *Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica*. Primeiro Grau. Volume I. São Paulo: Ática, 1979, p. 31.

da felicidade e, do mesmo modo, a eliminar aqueles que o desviava do que se considerava uma atitude saudável. Gradativamente, o aluno se confrontava com os hábitos comportamentais, adequados para a convivência, tanto no espaço das instituições de ensino, quanto no da família. Como consequência, estender-se-iam à sociedade. A lógica era a de que, pela repetição diária dessas atividades, o estudante pudesse eliminar os maus hábitos e fortalecer as virtudes consideradas importantes para a convivência social.

As propostas pedagógicas, aqui apresentadas, fizeram parte do contexto de reestruturação do sistema de educacional, nos anos de 1960 e 1970. Associaram educação e desenvolvimento numa dinâmica que não pode ser vista fora do processo cultural e das relações de forças que se chocaram no período.³⁰ A partir dessas observações, a educação pode ser vista, não somente como um sistema de difusão da doutrina e do imaginário militar, mas também como o meio em que comportamentos eram criados e estimulados. O combate aos vícios, por exemplo, costumava uma valorização do trabalho. Se o aluno conseguisse internalizá-lo, na escola, não demoraria muito para que fizesse o mesmo fora daqueles muros.

As práticas pedagógicas tocavam questões mais amplas. Colocavam em xeque os interesses pessoais dos alunos, em razão da responsabilidade que os mesmos deveriam assumir na sociedade. A felicidade pessoal, em nome de um projeto maior, estava associada à da nação. Desobedecer, portanto, demandava um risco. Por essa razão, o saneamento moral, objetivava, não somente uma higiene moral, capaz de responder ao projeto político da Ditadura, como também era uma pedagogia do corpo. Criar efeitos disciplinadores e fazer dos corpos parte da nação. Um corpo sadio simbolizava um corpo social sadio e economicamente produtivo.³¹

Na década de 1970, observamos uma valorização das atividades físicas, especialmente no interior das instituições de ensino, por meio da prática dos esportes, da educação física e dos lazeres. Nosso desejo, a seguir, é o de trazer uma reflexão, de forma breve, sobre essas práticas, afim de perceber como as mesmas associaram higiene moral e higiene do corpo, integradas ao propósito de harmonização social.

As práticas esportivas, as atividades físicas e de lazer: higiene do corpo

³⁰ MARTINS, Maria do Carmo. Currículo, cultura e ideologia na ditadura militar brasileira: demarcação do espaço do professor. In: CERRI, Luis Fernando (Org.). *O ensino de história e a ditadura militar*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005. p. 17-34.

³¹ No Brasil isso, durante a Ditadura, não constituiu uma novidade. No período Vargas, a prática de valorização do trabalho, associado ao disciplinamento do corpo, também foi algo recorrente, nos programas de ensino e nas propagandas do Estado Novo. Ver: CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

Michel Foucault, em seus estudos, demonstrou que, desde o século XVIII, um conjunto de saberes sobre o corpo começa a se formar. Eles atuaram, em diferentes modos, controlando o corpo, examinando-o, disciplinando-o, a partir de técnicas e instituições como escola, prisão, hospital, entre outras, gerenciado o modo como os indivíduos comportavam-se e expressavam seus desejos e sentimentos. Isso se deu no campo das relações de poder – não o poder entendido como bloco monolítico, exercido unicamente pelo Estado, mas, como pontuou o filósofo francês, o poder constituído na sua dimensão capilar.³²

Em outro trabalho, o filósofo evidenciou como, a partir do século XIX, o gerenciamento dos corpos, o seu disciplinamento, torna-se, depois, uma preocupação política que se volta para a população. Controlar grupos humanos, gerenciar seu espaço de atuação, sua natalidade e mortalidade, constituiu o que se definiu de biopoder. Ele se apossou da vida, constituindo-a como bem administrável, ao mesmo tempo em que também poderia gerar seu próprio aniquilamento.³³

Carmem Lúcia Soares, em sua pesquisa, nos mostrou como a ginástica, gradativamente, tornou-se um meio para se constituir códigos de civilidade e uma educação dos gestos e do corpo, na França do século XIX.³⁴ Comprovada, cientificamente, a ginástica teria como propósito eliminar os excessos do corpo, criar gestos harmônicos e institucionalizar os gestos do corpo. Para tal propósito, era necessário o uso de técnicas especiais que pudessem controlar e fazer uso da força física. A técnica, a precisão e a beleza dos gestos revelavam um caráter moral. Sua inserção deu-se no momento de desenvolvimento do capitalismo e da burguesia e ligou-se a questões relacionadas à saúde e à higiene. As atividades físicas deveriam ser exploradas porque ensinariam a seus praticantes o modo de atuação na própria sociedade.

Em outro artigo, a autora, a partir do diálogo com o pensamento de Michel Foucault, elaborou uma análise sobre as pedagogias contemporâneas, demonstrando como as mesmas apossaram-se dos indivíduos, normalizando-os e controlando os seus desejos.³⁵ Manifestou-se na busca da saúde e na valorização de corpos ativos e perfeitos. Para ela, a

³² FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 179-191.

³³ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Edições Graal, 2010. v.1; DUARTE, André. *Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

³⁴ SOARES, Carmem Lúcia. *Imagens da educação no corpo: estudos da ginástica francesa no século XIX*. Campinas: Autores associados, 2005.

³⁵ SOARES, Carmem Lúcia. Escultura da carne: o bem-estar e as pedagogias totalitárias do corpo. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 63-81.

mudança deu-se com o desaparecimento do divertimento e o surgimento do lazer ativo, divulgado pelos meios de comunicação, legitimado pela ideologia médica, que garantiu o seu caráter de cientificidade. Desse modo, tem-se a proliferação, veiculada em propagandas, de corpos ideais, programas que se dedicam a controlar o corpo e o seu peso, a prática constante de exercícios físicos, que modulam e procuram tirar o máximo do corpo.

Se pensarmos no Brasil, durante a Ditadura, veremos que o modelo de gerenciamento dos indivíduos presenciou-se, de forma elaborada, nas escolas, a partir da constituição da prática de educação física. A intenção era a de fazer, da atividade física e também do esporte, um elemento comum, no cotidiano das pessoas. Dessa maneira, canalizar as energias para evitar a crítica ou questionamento ao governo militar, propiciar uma educação para o trabalho e para a competitividade, reforçar a prática do disciplinamento e associar equilíbrio social e saúde social.³⁶ Governar o corpo e educar seus gestos, suas palavras, significava governar também a sociedade.

Os militares buscaram, num suposto ideal de democracia, sua pretensão de legitimidade. A ancoragem do sistema de valores estava nos ideais de ordem, de preservação da família e de saneamento moral. A lógica era o seu reforço, em todo o tecido social.³⁷ O plano de ação psicológica foi elaborado pelos militares da Escola Superior de Guerra (ESG). Buscava-se adesão e reconhecimento, em todos os níveis da sociedade, especialmente naqueles onde não existia a guarnição militar. Era orientado pela perspectiva da segurança nacional, enquanto fundamento necessário para uma sociedade harmônica. A atitude e o comportamento dos indivíduos, em todos os âmbitos da vida social, deveriam ser controlados e gerenciados, num primeiro momento, para o enfrentamento da ameaça comunista no Brasil e, em seguida, para a produtividade econômica.

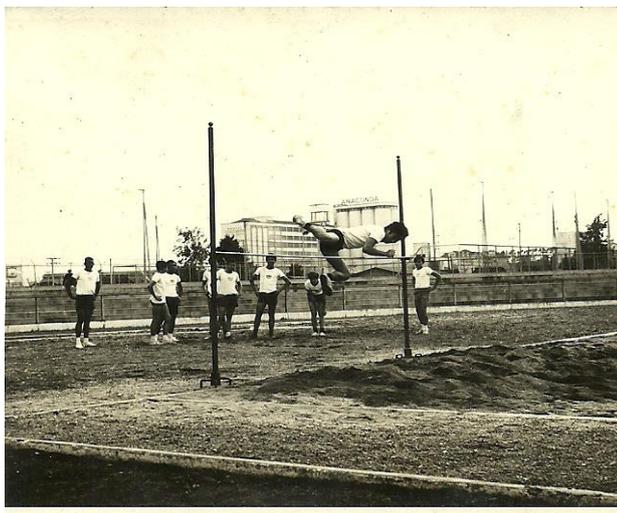
A escola, como espaço de sociabilidade, de constituição de comportamentos e de saberes, apresentava-se como ambiente privilegiado, para a prática de atividades físicas e esportivas, não somente porque atingia um número significativo de jovens, mas porque permitia a criação de um sentimento de pertencimento à pátria, de uma paixão pela cultura do corpo e de uma energia produtiva. As diferentes modalidades esportivas reforçavam os laços de sociabilidades entre alunos e professores.

³⁶ VIEIRA, Marcus Antônio Taborda de. O esporte brasileiro em tempos de exceção: sob a égide da ditadura militar (1964-1985). In: DEL PRIORE, Mary; MELLO, Victor Andrade de (Org.). *História dos esportes no Brasil: do império aos dias atuais*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 387-414.

³⁷ RESENDE, Maria José de. *A ditadura militar: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1985*. Londrina: Ed. UEL, 2001. p. 36-37.

Também eram ocasiões propícias para revelar atletas para representar o Brasil em competições esportivas. A capacidade física era obtida pelos constantes treinamentos, realizados dentro e fora dos espaços escolares. Propiciavam maior aproveitamento do tempo dos indivíduos e, em cada um deles, enfatizava-se a ideia de superação dos próprios limites do corpo. Já, as atividades físicas e esportivas, de caráter competitivo, eram realizadas, primeiro, no interior das instituições de ensino. A intenção era a de proporcionar o aperfeiçoamento de seu corpo, detectando o tipo de atividade física e esportiva, adequada para cada aluno. Em seguida, havia competições e eventos interescolares, chamados de jogos estudantis. Nesses eventos, buscava-se reforçar o disciplinamento, a competitividade e o reconhecimento da superioridade de outrem.

Figura 6: Voleibol, Natação, Handebol, Ginástica.³⁸



O investimento nas práticas esportivas, nas atividades físicas e de lazer era uma política de Estado. Por meio dela, uma série de projetos e de programas educacionais, voltados à prática de atividades físicas, compôs a grade curricular das escolas, sendo as mesmas acompanhadas com mais rigor e técnicas, pedagogicamente gerenciadas. Um exemplo a ser citado é o da ginástica. Fortalecer a musculatura, bem como aprimorar os gestos e os comportamentos do corpo, simbolizava a preocupação em reforçar os vínculos, pela atividade física, ao ideal de disciplinamento militar.

Não bastava somente, ao jovem estudante, possuir um comportamento adequado, capaz de respeitar os valores morais, particularmente aqueles veiculados pela moral cristã e pelo patriotismo. Tais técnicas deveriam ser internalizadas no corpo. Força, competição e

³⁸ TREIN, Wilson. *Atividades 1969-1976: educação física*. 1974. 1 Álbum (150 fotos).

determinação eram requisitos valorizados nas atividades planejadas em cada aula, ministradas pelos professores de educação física. Tais atividades estavam conectadas àquelas relacionadas à educação moral e cívica, como vimos anteriormente.

Os jogos estudantis eram realizados em diferentes lugares e em espaços capazes de comportar um número significativo de alunos. Neles, faziam-se competições esportivas e também de oratória. Cada estudante elaborava um discurso, para ser lido em público, a partir de temas referentes à integração nacional:

DO CONCURSO DE ORATÓRIA

Art. 6º - Os estabelecimentos de ensino inscreverão um aluno concorrente e um substituto eventual.

Parágrafo único: são concorrentes os alunos de ambos os sexos.

Art. 7º - O tema para o concurso é “A integração através do esporte” e o aluno usará a palavra durante no máximo cinco (5) minutos.

Art. 8º - O julgamento ficará a cargo de professores designados pela Comissão Central Organizadora (CCO).³⁹

Em tais eventos, podemos notar, um interesse em integrar os estudantes. O ideal de integração, desejado pelos militares, deveria ser feito, não somente pelo investimento econômico (com a abertura de rodovias, a exemplo da Transamazônica), no âmbito da cultura, (pelo apoio a manifestações culturais populares, o que permitiu a criação das Casas de Cultura), como também pela internalização desse valor, por meio das atividades esportivas. Os eventos competitivos, realizados entre as escolas, respondia a esse propósito.

Figura 7: Jogos Giansiais⁴⁰



³⁹ MARIA AGUIAR TEIXEIRA. Regulamento do 6º jogos estudantis. Curitiba, 1975. Documento datilografado.

⁴⁰ TREIN, Wilson. *Atividades 1969-1976: educação física*. 1974. 1 Álbum (150 fotos)

Os objetivos políticos, ligados ao desenvolvimento e ao trabalho, não se dissociavam de uma retórica voltada à saúde. A constituição de corpos saudáveis, fortes, capazes de enfrentar diferentes obstáculos, disciplinados e moralmente educados, dava a ideia de uma nação livre dos conflitos sociais. A higiene moral e a saúde do corpo representavam os aspectos de um corpo social saudável, moralmente constituído. Ficava expressa a ideia de que o país, imerso numa Ditadura, conseguia manter a ordem social. A maior parte da população pouco sabia da existência de conflitos sociais e da violência praticada pelo Estado, contra seus opositores. Nos grandes eventos, os desfiles cívicos e competições esportivas realizavam, entre si, um projeto político que se fazia presente, de forma mais capilar, nos corpos dos alunos.

As campanhas governamentais, voltadas aos lazeres ativos, com a dinamização da prática esportiva, não se restringiram às instituições de ensino. Campanhas como “Esporte para Todos” e “Mexa-se”, foram difundidas nos diferentes setores da sociedade. Uma vida ativa, a partir de uma ocupação sadia, expressava padrões de normalidades, estas manifestadas em práticas sociais cotidianas.⁴¹

Figura 8: Jogos Ginasiais⁴²



A imagem é um exemplo do tipo de atividades que os alunos realizavam nos eventos estudantis. A ordem, a disciplina, que lembram as instituições militares, deveria

⁴¹ SOARES, op. cit., p. 71.

⁴² TREIN, Wilson. *Atividades 1969-1976: educação física*. 1974. 1 Álbum (150 fotos)

acompanhar o desenvolvimento do aluno. Do primeiro ao segundo grau, deste à universidade, essa lógica, em diferentes modalidades, constituía-se em práticas sociais e comportamentos adequados, denotando como os corpos dos indivíduos eram objetos de cuidado. Seu bom gerenciamento e a pedagogia moral aplicada criava efeitos de disciplinamentos sobre seus desejos, atrelando-os aos mesmos propósitos nacionais. O jovem sentia-se, portanto, parte integrante do grande corpo social: a Nação.

Considerações finais

Procuramos mostrar, através da análise dos manuais de educação moral e cívica e das práticas de esporte, como a Ditadura Militar apropriou-se de instrumentos para adquirir consenso da população. Serviu-se de mecanismos que, para além da repressão e vigilância, deixou gravado, no corpo dos indivíduos, comportamentos condizentes com o projeto político dos militares. Pela junção dos valores do trabalho, higiene moral e do corpo, efetivou-se uma prática política, que objetivava a construção de uma nação praticamente ausente de conflitos sociais.

A internalização dos valores morais favorecia um comportamento dócil na sociedade. Nesse jogo político, é imprescindível pensar o corpo fora da esfera pública. Ele está carregado de uma dimensão política. O que o rodeia, o seu cuidado, o uso de suas potencialidades, de sua higiene moral e física, constituem-se, por meio de relações de poder, no intuito de efetivar projetos políticos. Eles procuram moldá-lo, por meio de regras e normalizações. O esporte, o lazer, as atividades físicas, associadas a uma educação moral, efetivaram esses propósitos, à época da Ditadura.

Esse empreendimento deu-se, também, pelo empenho de um grupo especializado de funcionários. Estes se encarregaram de produzir as mensagens, de instalar os processos de doutrinação e de prever, inclusive, os mecanismos de sanção àquilo que se encontrava na contramão da ordem estabelecida. Foi um trabalho feito com cuidado e elevada atenção ao conteúdo das mensagens transmitidas aos indivíduos, em primeiro lugar aos jovens. A clareza do programa, a difusão das imagens, a sua repetição e rotinização, por meio de práticas sociais, como as que analisamos neste trabalho, remetem a uma idealização de nação e à sua grandeza, no presente.⁴³

⁴³ ANSART, op. cit., p. 144-150.

O apelo moral, feito para realizar tarefas, conforma-se com os ideais coletivos. Colocou-se, então, numa mesma linguagem, o apelo ao amor e à obediência. A força disso reside no fato de o indivíduo sentir que, no mesmo patamar, encontra-se a sua própria felicidade e a felicidade da nação, por meio do vínculo estabelecido com a “comunidade dos escolhidos”. Na verdade, esse vínculo permite exercer uma disciplina nos indivíduos, com a normatização de seus corpos, de suas mentes e de seus comportamentos.